

**MINUTA DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE  
PARCERIAS ESTABELECIDAS ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS  
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A CONSECUÇÃO DE  
FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO**

Edital de Chamamento Público nº. 008/2023 - SEMED

Secretaria Municipal de Educação- SEMED

2023

## **Edital de Chamamento Público nº 008/2023- SEMED**

A Prefeitura Municipal de Manaus, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação – SEMED torna público o presente Edital de Chamamento Público visando credenciamento para a seleção de propostas Organização da Sociedade Civil interessada em celebrar parcerias com o Município, de acordo com a Lei Federal do MROSC de nº. 13.019, de 31 de julho de 2014 que estabelece um novo modelo de parceria entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil – OSCS que tenham por objeto o desenvolvimento das ações na Educação Básica.

### **1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**1.1.** A finalidade do presente Chamamento Público é o credenciamento para seleção de propostas para celebração de parceria, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, por meio da formalização de **TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO** e/ou **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que tenham por objeto implementar projetos pedagógicos da Educação Básica, em suas etapas e modalidades, bem como sejam de interesse público.

**1.2. Ações da Educação Básica**, no que se refere a implementação dos projetos pedagógicos com inserção da prática de Equoterapia, Reforço Escolar em todos anos escolares, que vão desde a Alfabetização ao 9º ano do Ensino Fundamental, e demais projetos pedagógicos consoantes a missão da Secretaria Municipal de Educação para serem executados nos exercícios de 2024.

**1.3.** O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

**1.4.** As propostas poderão ser selecionadas observando a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária/financeira para a celebração dos acordos de cooperação e ou fomento.

## **2. REFERÊNCIA LEGAL**

Em obediência ao que determina o artigo 23 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, onde a Administração Pública deverá adotar procedimentos claros, objetivos e simplificados que orientem os interessados e facilitem o acesso direto aos seus órgãos e instâncias decisórias, independentemente da modalidade de parceria prevista nesta Lei.

É de ressaltar que sempre que possível, a Administração Pública estabelecerá critérios e indicadores padronizados a serem seguidos, especialmente quanto aos objetos; metas; custos e indicadores, quantitativos ou qualitativos, de avaliação de resultados.

O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pelo Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e pelos demais normativos aplicáveis ao uso subsidiário bem como além das condições previstas neste Edital.

## **3. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

**3.1.** Define-se por TERMO DE COLABORAÇÃO um instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela Administração Pública, para as quais, haja necessidade de colaboração de uma ou mais OSC'S e envolvam a transferência de recursos financeiros com o objetivo de executar projetos ou atividades parametrizadas.

**3.2.** O TERMO DE COLABORAÇÃO terá por objeto a implementação do projeto pedagógico: Equoterapia: Trotes para Inclusão, cujo objetivo é proporcionar

atendimentos equoterápicos, focados na área da educação com ênfase em habilitação e reabilitação, de forma a obter melhorias significativas no convívio social e global, melhorando a inclusão na rede municipal de ensino. regular, por meio da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, e que por consequente, necessite da colaboração de uma ou mais OSCS para melhor realizá-los.

#### **4. OBJETO DO TERMO DE FOMENTO**

**4.1.** Define-se por TERMO DE FOMENTO um instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas OSCs envolvendo transferência de recursos.

**4.2.** O TERMO DE FOMENTO será adotado para a consecução de planos de trabalhos cuja concepção seja das Organizações da Sociedade Civil, com o objetivo de incentivar projetos desenvolvidos ou criados por essas organizações.

**4.3.** O TERMO DE FOMENTO terá por objeto a realização projetos pedagógicos de interesse público e recíproco propostas e desenvolvidas pelas OSCs em parceria com o Poder Público Municipal para a implementação de projetos que envolvam Reforço Escolar em todos anos escolares, que vão desde a Alfabetização até ao 9º ano do Ensino Fundamental, para serem executados nos exercícios de 2023 e 2024.

#### **5. OBJETO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

**5.1.** Define-se por TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA um instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que tenham interesses e condições recíprocas ou equivalentes, de modo a realizar um propósito comum, voltado ao interesse público.

**5.2.** O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de projetos pedagógicos de Educação Básica que deverão envolver projetos de Reforço Escolar em todos anos escolares, que vão desde a Alfabetização ao 9º ano do Ensino Fundamental, para serem executados nos exercícios de 2023 e 2024.

#### **6. OBJETIVOS GERAIS e ESPEFÍFICOS**

## **6.1. Objetivos Gerais**

- 5.1.1** Garantir educação básica de qualidade, assegurando o acesso , a inclusão, a permanência e a formação dos estudantes, desenvolvendo a competência e habilidades adequadas às transformações sociais, bem como a valorização dos profissionais da educação.
- 5.1.2** Ser referência nacional em educação básica pela excelência no desempenho dos alunos da Rede Municipal de Ensino.
- 5.1.3** Desenvolver a proficiência dos estudantes do Ensino Fundamental, elevando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Manaus.

## **6.2. Objetivos Específicos**

- 6.2.1.** Implantação de política pública na Educação Básica com princípios e diretrizes da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.
- 6.2.2.** Possibilitar parcerias por meio do Termo de Colaboração, Termo de Fomento ou Acordo de Cooperação Técnica, com as Entidades privadas sem fins lucrativos, aqui denominadas como OSCS – Organizações da Sociedade Civil.
- 6.2.3.** Promover o atendimento terapêutico educacional por meio da equoterapia aos estudantes que apresentam graves comprometimentos motores, comportamentais, equilíbrio emocional, entre outros.
- 6.2.4.** Consolidar a alfabetização dos estudantes do 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental.
- 6.2.5.** Desenvolver a proficiência dos estudantes do Ensino Fundamental, elevando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Manaus.
- 6.2.6.** Otimizar o fluxo escolar da Rede Pública Municipal de Manaus.
- 6.2.7.** Promover o engajamento familiar tornando o espaço escolar acessível a todos.
- 6.2.8.** Garantir que os estudantes do 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º anos consolidem as

habilidades de alfabetização, bem como os estudantes especiais contemplados nos referidos anos de ensino. Com isso, elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Município de Manaus.

## **7. JUSTIFICATIVAS**

### **7.1. DA EQUOTERAPIA:<sup>1</sup>**

O atendimento Equoterápico para alunos com deficiências vem se destacando no cenário nacional, apresentado importantes resultados na recuperação desse público. Neste diapasão, a Lei Federal 8.068/90, em seus artigos 3º e 6º, reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, pessoa em condições peculiares de desenvolvimento, a fim de facilitar o desenvolvimento físico, intelectual, moral e social em condições de liberdade e dignidade. Ademais, a Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019, que regulamenta a Equoterapia como método de reabilitação de pessoas com deficiência que utiliza o cavalo em abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, Alfabetização e equitação voltada ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência.

Assim, esse tratamento consistirá no atendimento de pessoas com deficiência: intelectual, física e sensorial (deficiência auditiva/surdez, cegueira, baixa visão), surdo cegueira e múltipla; transtorno do espectro autista (TEA); e/ou altas habilidades/superdotação desenvolvido com cavalos sob a supervisão de uma equipe interdisciplinar (fisioterapeuta, psicopedagogo psicólogo, nutricionista, fonoaudiólogo, entre outros) para o desenvolvimento social e manutenção da saúde.

O cavalo além de ser admirado e auxiliar globalmente na saúde e na aprendizagem motora e cognitiva do praticante de equitação e de Equoterapia, é um animal dócil, de porte e força que se deixa montar e manusear, transformando-se em um amigo do praticante, criando com ele um relacionamento afetivo importante, e uma relação harmoniosa de confiança recíproca. Cavalgar constitui de um prazeroso processo de aplicação dos melhores exercícios de coordenação que se conhece, além de proporcionar a sensação de independência, aumento da autoconfiança, ensinando a reagir adequadamente à realidade externa e elaborar os relacionamentos afetivos. Na Equoterapia o cavalo atua como agente: Cinésioterapêutico; Facilitador de

---

<sup>1</sup> Fonte: Departamento de Gestão Educacional/Educação Especial

aprendizagem e de inserção ou reinserção social.

## **7.2. DO REFORÇO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA<sup>2</sup>**

Segundo o que preconiza o art. 1º, da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional: *A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.*

Nesse contexto, objetivando o princípio da garantia do padrão de qualidade do ensino, disposto no inciso IX, do art. 3º, da LDBEN, baseado na Resolução CNE/CEB Nº 04/2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos; na Resolução CNE/CEB nº 07/2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos; na Lei nº 13.005 de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação; na Lei nº 2.000, de 24 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação do município de Manaus; na Resolução nº 005/CME/2016, que estabelece normas, diretrizes e princípios aplicáveis à Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Manaus, a partir do regime instituído pela Lei Nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN; na Resolução CNE/CP nº 02, de 22 de dezembro de 2017, institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica; na Resolução nº 098/2019 CEE/AM, que institui e orienta o Referencial Curricular Amazonense - RCA, obrigatório nas Instituições de Ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Estado do Amazonas; e na Resolução nº 0179/CME/2020, que dispõe sobre a implementação do Currículo Escolar Municipal nas unidades de ensino.

A Semed/Manaus busca seguir sua missão, que é a de “*garantir educação básica de qualidade, assegurando o acesso, a inclusão, a permanência e a formação dos estudantes, desenvolvendo competências e habilidades adequadas às transformações sociais, bem como a valorização dos profissionais da educação*”.

Diante do cenário pandêmico que vivenciamos nos anos de 2020 e meados de 2021, nos quais houve a necessidade de paralisação de aulas presenciais por longo período de tempo e posterior direcionamento para aulas remotas, os estudantes tiveram perdas significativas em nível de proficiência, ou seja, aprendizado, sendo demonstradas efetivamente por meio das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o qual tem como objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da Educação Básica brasileira. Além disso, esta avaliação gera dados e indicadores que subsidiam a elaboração e o monitoramento das políticas educacionais do país, e consequentemente, dos estados e municípios.

---

<sup>2</sup> Fonte: Projetos Educacionais do Departamento de Gestão Educacional (Educa + e Alfabetiza Manaus)



Os resultados também são usados para calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que considera o desempenho dos alunos no SAEB e os dados de fluxo escolar do Censo Escolar, fornecendo indícios sobre a qualidade do ensino ofertado.

Os resultados do SAEB 2021 mostram que cerca de 85% das Redes municipais apresentaram declínio no desempenho médio dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental. Nos anos iniciais, o declínio foi registrado em 74% dos municípios. A comparação com os anos anteriores revela o impacto considerável da pandemia no ensino fundamental. (Fonte: dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB).

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a Rede Pública Municipal de Manaus apresentou declínio na proficiência em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes do 5º ano em 5,7% e 7,2%, respectivamente, no IDEB de 2021<sup>3</sup>. Sendo assim, dados estatísticos mostram que Manaus apresentou uma queda de 7%, em relação ao desempenho das capitais nessas proficiências, no ano de 2021. Considerando o alcance das metas do IDEB, estabelecidas pelo Ministério da Educação para as unidades de ensino, os dados mostram que apenas 50,5% das escolas da Semed/Manaus alcançaram a meta estabelecida em 2021. Em 2019, este percentual foi de 84%, demonstrando, em 2021, um declínio de 33,5% em relação à edição anterior. Em relação à média nacional, a capital manauara, embora tenha atingido a média de 5,5 no IDEB, apresentou um decréscimo de 0,4 se comparada à edição anterior.

Em relação aos anos finais do ensino fundamental, a rede pública municipal de Manaus também apresentou declínio na proficiência em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes do 9º ano em 2,8% e 3,6%, respectivamente, no IDEB de 2021, ficando abaixo dos resultados obtidos nas duas edições anteriores - 2019 e 2017<sup>4</sup>. Em relação ao desempenho das capitais, no ano de 2021, Manaus manteve o mesmo IDEB de 2019, sendo a 19ª capital em crescimento na edição de 2021. Considerando o alcance das metas do IDEB estabelecidas pelo Ministério da Educação para as unidades de ensino, os dados do IDEB mostram que apenas 59% das escolas da Semed/Manaus alcançaram a meta estabelecida em 2021. Em 2019 o percentual foi de 79%, demonstrando em 2021, um declínio de 20% em relação à edição anterior. Em relação à média nacional, a capital manauara equiparou-se à média nacional e permaneceu com a mesma média da edição do IDEB anterior de 4,8.

Outro dado importante de ser mencionado refere-se às metas estabelecidas para cada Divisão Distrital Zonal (DDZ) na carta de metas, definidas pelo Índice de Desenvolvimento da Rede de Ensino/IDE-Manaus: tanto no IDEB dos anos iniciais, quanto no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental, nenhuma das sedes administrativas da Rede Pública Municipal de Ensino conseguiu alcançar sua meta em

<sup>3</sup> (Fonte: Inep/MEC/GIDE, 2022)

<sup>4</sup> (Fonte: Inep/MEC/GIDE, 2022).



2021.

Importante mencionar que, segundo análise da Divisão de Ensino Fundamental (DEF), realizada em 2022, a Rede Municipal de Ensino identificou estudantes do 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental que ainda não consolidaram o processo de alfabetização, fator este que inviabiliza o fluxo do processo de aprendizagem.

Assim, atualmente, a cidade de Manaus ocupa o 13º lugar no IDEB, entre as capitais, nos anos iniciais e nos anos finais. Diante desse contexto, a Semed/Manaus, por meio da Subsecretaria de Gestão Educacional (SSGE), tem traçado estratégias a fim de alcançar a meta de estar entre as melhores capitais em educação do país.

Portanto, a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, no âmbito da missão de garantir o oferecimento de uma Educação Básica de qualidade, assegurando o acesso, a inclusão, a permanência e a formação dos estudantes, desenvolvendo competências e habilidades adequadas às transformações sociais, bem como a valorização dos profissionais da Educação está oportunizando aos municípios parcerias com as Organizações da Sociedade Civil – OSC, tendo em vista, que estas entidades podem colaborar com Estado em diversos segmentos da sociedade contemporânea.

No Brasil, em muitos casos, preenchem um espaço relevante de apoio ao desenvolvimento da sociedade civil diante da impossibilidade de os governos garantirem na sua totalidade os direitos sociais incrustados na Constituição Federal de 1988.

Na prática, as OSC têm papel relevante na execução das políticas públicas, sendo um aliado necessário para que o Estado possa cumprir seu papel na garantia de direitos fundamentais, como é o caso do acesso à Educação Básica.

O chamado Terceiro Setor demonstra disposição e capacidade para encontrar as respostas procuradas pela população. O conceito de Terceiro Setor enraizou-se na sociedade, alcançando protagonismo em diversos campos da economia e formando vínculos culturais com os cidadãos. É fato que a ausência ou a presença excessiva do Estado, nesta ou naquela área, cujo interesse é unicamente o bem comum de todos. Neste sentido, a Secretaria Municipal de Educação – SEMED de Manaus, adapta-se à Lei 13.019 /14, realiza o presente Chamamento Público visando o recebimento de propostas de Organização da Sociedade Civil (OSC), em regime de mútua cooperação com a Administração Pública, para futura celebração de termo de colaboração, termo de fomento para consecução de finalidades de interesse público e recíproco na execução de ações/atividades relacionadas à política de desenvolvimento da Educação Básica nas suas etapas e modalidades, no município de Manaus.

## **8. DOS INDICADORES DE AFERIÇÃO DOS CUMPRIMENTOS DAS METAS**

- ✓ 100% da aplicação das atividades contidas no Plano de Trabalho apresentado pela Instituição;
- ✓ 100% de atendimento do público alvo;
- ✓ 75% da assiduidade do público alvo envolvido;
- ✓ 100% de monitoramento nas atividades desenvolvidas;
- ✓ 100% de adequações arquitetônicas e materiais didáticos e outros acessíveis para as pessoas com deficiência.

## **9. PÚBLICO ALVO**

**9.1.** Pessoa com deficiência, transtorno do espectro autista, deficiência intelectual, deficiência física, deficiência múltipla, deficiência sensorial, entre 04 à 12 anos, 11 meses e 30 dias.

**9.2.** Estudantes regularmente matriculados nas turmas do **4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º** anos do Ensino Fundamental, indicados pelos professores regentes na condição de não alfabetizados e que obtiverem os níveis 1, 2 e 3 na avaliação diagnóstica.

**9.3.** Estudantes, regularmente matriculados nas turmas do **4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º** anos do Ensino Fundamental, público-alvo da Educação Especial que encontram-se na condição de não alfabetizados.

**9.4.** Estudantes do Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano e suas modalidades, professores, pedagogos, diretores, pais e responsáveis.

## **10. PADRÕES MÍNIMOS PARA A EXECUÇÃO DO REFORÇO ESCOLAR**

**10.1. Caberá à Secretaria Municipal de Educação SEMED (sede):**

- 10.1.1.** Orientar e subsidiar as Parceiras;
- 10.1.2.** Realizar intervenções para o pleno desenvolvimento da ação;
- 10.1.3.** Orientar e acompanhar o planejamento junto às Parceiras e as DDZs;
- 10.1.4.** Monitorar, Acompanhar e Avaliar a ação;
- 10.1.5.** Elaborar conteúdos para documentos (Ofício, Memo, etc) de

orientações quanto ao desenvolvimento dos Programas com base na Legislação de cada Programa sempre que houver a necessidade;

**10.1.6.** Construir documento orientador de acordo com a Legislação da ação;

**10.1.7.** Construir o Material de trabalho baseado nas Resoluções vigentes de cunho orientador;

**10.1.8.** Planejar Reuniões para repasse de informações a todos os envolvidos na parceria;

**10.1.9.** Articular a ação em conformidade com as diretrizes e planos da Rede Municipal de Ensino para os exercícios de 2023 e 2024.

**10.2. Atribuições da Coordenação das DDZS (SEMED)**

**10.2.1.** Realizar estudo das Normativas/Legislação vigente;

**10.2.2.** Orientar e acompanhar as atividades das parceiras nas Unidades de Ensino por meio do assessoramento pedagógico;

**10.2.3.** Atualizar as planilhas de dados administrativo e pedagógico sempre que necessário;

**10.2.4.** Prestar informações administrativa/financeira, quando solicitado à Divisão de Ensino Fundamental;

**10.2.5.** Orientar e acompanhar a Prestação de Contas do recurso financeiro, junto à Escola e Gerência de Análise e Prestação de Contas-GAPC;

**10.2.6.** Acompanhar o planejamento do Auxiliar Voluntário de Alfabetização junto aos participantes da ação;

**10.2.7.** Articular em conjunto com as OSCS e às escolas reunião administrativa e pedagógica;

**10.2.8.** Consolidar e Analisar os dados do acompanhamento mensal;

**10.2.9.** Orientar gestores e pedagogos sobre a ação;

**10.2.10.** Acompanhar o desempenho dos estudantes por meio assessoramento pedagógico;

**10.2.11.** Receber e analisar o relatório de atividades das OSC parceira;

**10.2.12.** Receber e consolidar a Frequência dos membros participantes da ação;

**10.2.13.** Orientar os assessores pedagógico sobre a ação;e

**10.2.14.** Acompanhar a frequência dos estudantes.

**10.3. Caberá a Unidade de Ensino:**

**10.3.1.** A mobilização da comunidade escolar, para participar da ação;

**10.3.2.** É essencial que haja momentos de sensibilização direcionados aos pais e/ou responsáveis para que entendam a necessidade de juntarmos esforços para fortalecer a participação dos estudantes e o consequente benefício para aprendizagem;

**10.3.3.** Assim como, também é importante dedicarmos um momento de sensibilização aos estudantes que farão parte do Alfabetiza Manaus para que estes sintam-se acolhidos e entendam o objetivo da mesma;

**10.3.4.** É importante que os pais e/ou responsáveis assinem o Termo de Compromisso dos estudantes participantes da Ação.

**10.4. Caberá ao Diretor (a) E/OU Pedagogo (a):**

**10.4.1.** Organizar as turmas prioritárias da ação, conforme indicado pelo resultado da avaliação diagnóstica;

**10.4.2.** Disponibilizar uma sala quando houver, para o profissional da parceria atuar com os estudantes selecionados de acordo com os níveis;

**10.4.3.** Apresentar aos pais e responsáveis a ação, explicando quem são os estudantes prioritários que participarão;

**10.4.4.** Acompanhar as aulas desenvolvidas pela parceira com estudantes;

**10.4.5.** Supervisionar e acompanhar o desempenho dos estudantes;

**10.4.6.** Acompanhar o fluxo das aulas de acordo com o número de aulas do Caderno de apoio e Guia orientador;

**10.4.7.** Acompanhar a elaboração do planejamento e na confecção de material pedagógico;

**10.4.8.** Acompanhar o preenchimento do instrumento de acompanhamento mensal;

**10.4.9.** Consolidar os dados do instrumento de acompanhamento mensal preenchido.

**10.5. Caberá a Intituição Parceira**

**10.5.1.** Participar das formações quando houver;

**10.5.2.** Participar das reuniões de orientações administrativas e

pedagógicas;

**10.5.3.** Participar do planejamento;

**10.5.4.** Confeccionar materiais pedagógicos;

**10.5.5.** Preencher o instrumento de acompanhamento de acordo com o calendário letivo;

**10.5.6.** Apresentar o instrumento de acompanhamento devidamente preenchido na data estabelecida;

**10.5.7.** Apropriar-se do fluxo das aulas;

**10.5.8.** Utilizar a metodologia e os recursos didáticos de acordo com o Padrão da Secretaria Municipal de Educação- SEMED;

**10.5.9.** Criar um ambiente alfabetizador no espaço da sala de aula;

**10.5.10.** Executar o planejamento previamente elaborado;

**10.5.11.** Acompanhar o desempenho dos estudantes;

**10.5.12.** Cumprir os prazos de entrega dos documentos e do instrumento de acompanhamento;

**10.5.13.** Zela pelo aprendizado do estudantes;

**10.5.14.** Cumprir com responsabilidade, pontualidade e assiduidade suas obrigações junto a ação;

**10.5.15.** Dedicar-se a atividade que propôs a realizar;

**10.5.16.** Elaborar e apresentar, mensalmente, relatório dos conteúdos e atividades realizadas;

## **11. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO**

**11.1.** Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil (OSC's), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

- a) **entidade privada sem fins lucrativos que não distribua** entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)
- b) **as sociedades cooperativas** previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de **Cooperativas Sociais**,

visando à integração social dos cidadãos; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

- c) as **organizações religiosas** que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015).

**11.2.** É permitida a atuação em rede por duas ou mais ou mais organizações da sociedade civil, desde que a OSC proponente sinalize, na Proposta, o interesse em atuar em rede e desde que, após a eventual celebração da parceria, a OSC celebrante formalize termo de atuação em rede com as instituições executantes e não celebrantes;

**11.3.** Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

- a) Declarar, conforme modelo constante no **Anexo I** – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente;
- b) Concorda expressamente com as disposições previstas no Edital e seus anexos;
- c) Responsabilizar-se pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção;
- d) Apresentar Atestado de Capacidade Técnica referente a área de atuação e que contemplem os padrões mínimos apresentado nesta norma editalícia;
- e) Ser constituída e sediada no Município de Manaus, Estado do Amazonas;
- f) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados para educação básica em qualquer seguimento de interesse público;
- g) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014);
- h) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);
- i) possuir, no momento da apresentação documento comprobatório de no mínimo 1 (um) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- j) possuir condições para o desenvolvimento do objeto da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme



Anexo II e comprovação de capacidade (experiência) através de anexos (fotos, recortes e outros).

## **12. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO**

### **12.1. REQUISITOS**

**12.1.1.** Para a celebração do termo de fomento, colaboração e/ou Acordo de Cooperação Técnica, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

**12.1.2.** Ser constituída e sediada no Município de Manaus, Estado do Amazonas;

**12.1.3.** Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados para educação básica em qualquer seguimento de interesse público;

**12.1.4.** Ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, **caput**, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014);

**12.1.5.** Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, **caput**, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

**12.1.6.** Possuir, no momento da apresentação documento comprobatório de no mínimo 1 (um) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, **caput**, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);

**12.1.7.** Possuir condições para o desenvolvimento do objeto da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo II e comprovação de capacidade (experiência) através de anexos (fotos, recortes e outros);

**12.1.8.** Apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 34, **caput**, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014;

**12.1.9.** Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações (art. 34, **caput**, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

**12.1.10.** Apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, telefone, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles; e

**12.1.11.** Comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, **caput**, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);

## **12.2. IMPEDIMENTOS**

**12.2.1.** Ficará impedida de celebrar o Termo de fomento ou colaboração a OSC que:

**12.2.2.** Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, **caput**, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

**12.2.3.** Que não seja sediada no município de Manaus;

**12.2.4.** esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, **caput**, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

**12.2.5.** tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, **caput**, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 27, **caput**, inciso I );

**12.2.6.** tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art.39, **caput**, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

**12.2.7.** tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, **caput**, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

**12.2.8.** tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, **caput**, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

**12.2.9.** tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, **caput**, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

## **13. COMISSÃO DE SELEÇÃO**

**13.1.** A Comissão de Análise e Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, constituída na forma de **Portaria nº 0832/2023 – SEMED/GS**, publicada no DOM, edição nº 5566, página 37 circulado no dia 03/04/2023, previamente à etapa de avaliação das propostas.

**13.2.** Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

**13.3.** A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014);

**13.4.** Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

**13.5.** A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

#### **14. DA FASE DE SELEÇÃO**

**14.1.** A fase de seleção observará as seguintes etapas:

**Tabela 1**

<b>Ato/Procedimentos</b>	<b>Prazo/Data</b>
Publicação do Edital (data provável)	14/08/2023
Acesso ao Edital no portal SEMED (SICOSC)	<b>A partir do dia 14/08/2023</b>
Impugnação do Edital	<b>até 5 dias após publicação</b>
Cadastro e envio de documentos no portal	<b>15/09 a 30/09/2023</b>
Análise documental	<b>02/10/2023 a 23/10/2023</b>
Divulgação do julgamento preliminar	<b>25/10/2023</b>
Apresentação de Recurso	<b>26/10/2023 a 30/10/2023</b>
Análise e resultado do Recurso	<b>03/11 a 09/11/2023</b>
Resultado Preliminar (Site/SICOSC)	<b>13/11/2023</b>
Homologação do resultado final	<b>15/11/2023</b>
Publicação do resultado final	<b>A partir do dia 16/11/2023</b>
Convocação para celebração de parceria	<b>De acordo com a necessidade em 2024</b>

**14.2.** Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de

2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) (mais bem classificada(s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

**14.3.** Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

**14.4.** O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, [sicosc@semed.manaus.am.gov.br](mailto:sicosc@semed.manaus.am.gov.br), com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

#### **14.5. Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCS**

**14.5.1.** O acesso ao Edital será feito no portal da Semed, por meio do link: <http://servicossemed.manaus.am.gov.br/chamamentos/web/>

**14.5.2.** Qualquer cidadão ou Organização da Sociedade Civil interessada é parte legítima para impugnar o presente edital de chamamento por irregularidade na aplicação da Lei nº 13.019/2014 e demais normas regulamentadoras, devendo protocolar o pedido até dez (10) dias após a publicação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 05 (cinco) dias úteis.

**14.5.3.** As impugnações ao presente edital de chamamento público deverão ser encaminhadas por e-mail no endereço eletrônico: [sicosc@semed.manaus.am.gov.br](mailto:sicosc@semed.manaus.am.gov.br), assim como para maiores informações e esclarecimentos.

**14.5.4.** Serão aceitos cadastros até as 23h59Min do trigésimo dia do prazo constante na tabela 1.

**14.5.5.** O acesso ao sistema ocorrerá pelo número do protocolo gerado no ato do cadastro, encaminhado ao e-mail e, pelo CPF do solicitante.

**14.5.6.** Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela comissão de avaliação e seleção.

**14.5.7.** Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada.

#### **14.6. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.**

**14.6.1.** Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCS concorrentes.

**14.6.2.** A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão constituída para este fim, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

**14.6.3.** A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

**14.6.4.** As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2.

**14.6.5.** A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Tabela 2

<b>CrITÉRIOS de Julgamento</b>	<b>Metodologia de Pontuação</b>	<b>Pontuação Máxima por Item</b>
(A) Informações sobre ações a serem executadas  OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau médio satisfatório de atendimento (1,0 pontos) - Grau insatisfatório de atendimento (1,0 a 0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).	4,0
(B) Adequação da propostaas ação em que se insere a este Edital  (C) OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica a eliminação da proposta.	-Grau pleno de adequação (3,0) -Grau médio satisfatório de atendimento (1,5 pontos) -O não atendimento ou o atendimento insatisfatório dorequisito de adequação (1,5 a 0,0).	3,0
(C) Descrição da realidade das atividades exercidas pela OSC	-Grau pleno de adequação (3,0) -Grau médio satisfatório de atendimento (1,5 pontos) -O não atendimento ou o atendimento insatisfatório dorequisito de adequação (1,5 a 0,0).	3,0
<b>Pontuação Máxima Global</b>		10,0

**14.6.6.** A falsidade de informações nas propostas, deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

**14.6.7. Serão eliminadas aquelas propostas:**

- cuja pontuação total for inferior a 6,0 (seis) pontos;
- que recebam nota “zero” nos critérios de julgamento (A), (B) ou (C);



c) ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações:

- i. a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
- ii. as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- iii. os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;

**14.6.8.** As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

**14.6.9.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B) e (C). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

**14.7. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar.** A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do site oficial da Prefeitura Municipal de Manaus/ SEMED na internet <http://servicossemed.manaus.am.gov.br/chamamentos/web/> iniciando-se o prazo para recurso.

#### **14.8. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar.**

**14.8.1.** Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

**14.8.2.** Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 3 (três) dias corridos, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão (art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999). Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

**14.8.3.** É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

#### **14.9. Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.**

**14.9.1.** Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

**14.9.2.** Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do fim do prazo para recebimento dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao setor jurídico, com as informações necessárias à decisão final.

**14.9.3.** A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado do recebimento do recurso.



**14.9.4.** A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

**14.9.5.** Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

**14.9.6.** O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.10. Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).**

**14.10.1.** Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

**14.10.2.** A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

**15. DA FASE DE CELEBRAÇÃO**

**15.1.** A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

Tabela 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.
3	Adequações no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
4	Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de fomento ou colaboração.

**15.2. Etapa 1: Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.**

**15.3.** Para a celebração da parceria, a administração pública municipal convocará a

OSC selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da convocação, apresentar o seu plano de trabalho e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, **caput**, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019, de 2014).

**15.4.** Além da apresentação do plano de trabalho, a OSC selecionada, no mesmo prazo acima de 15 (quinze) dias corridos, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do **caput** do art. 2º, nos incisos I a V do **caput** do art. 33 e nos incisos II a VII do **caput** do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- I. - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;
- II. - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, três anos com cadastro ativo;
- III. - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- IV. - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- V. - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- VI. - cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;
- VII. - declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no Anexo V – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;
- VIII. - declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

**15.5. Etapa 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.**

**15.5.1.** Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela administração pública, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise do plano de trabalho.

**15.5.2.** Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a

OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

**15.5.3.** Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

**15.6. Etapa 3: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, senecessário.**

**15.6.1.** Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

**15.6.2.** Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

**15.7. Etapa 4: Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de fomento ou colaboração.**

**15.7.1.** A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho pelo gestor da parceria e da futura Comissão de Monitoramento e Avaliação a ser criada posteriormente e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

**15.7.2.** No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

**16. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO**

**16.1.** O Município de Manaus, disponibilizará até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para atender a implementação dos projetos pedagógicos por meio do Termos de Colaboração e de Fomento.

**16.2.** O Projeto em sua íntegra poderá ter valor superior ao valor disponibilizado para concessão deste edital, porém deve vir especificado no plano de trabalho os itens que serão pagos pelo termo em questão.

**16.3.** A celebração da parceria com a Administração pública não impede que outros parceiros participem do mesmo objeto, cooptados pela OSC proponente, por qualquer outro instrumento de particular regime.

**16.4.** Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital estão previstos no orçamento público para a Unidade Gestora: 18101 – SEMED/Programa de Trabalho 12.361.0051.276: programa e Projetos Pedagógicos do Ensino Fundamental.

**16.5.** O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de cooperação com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

## **17. CONTRAPARTIDA**

**17.1.** Não será exigida qualquer contrapartida financeira da OSC.

**17.2.** Fica estabelecido como contrapartida da OSC comprovação da realização de atividade de real interesse público e veiculação do brasão do Município e nome da Secretaria Municipal de Educação - SEMED- em todo e qualquer material gráfico confeccionado para uso antes, durante e após a atividade proposta.

## **18. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1.** O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Manaus na internet <http://servicossemed.manaus.am.gov.br/chamamentos/web/>.

**18.2.** Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, até 10 dias contados da publicação do edital, de forma eletrônica, pelo <http://servicossemed.manaus.am.gov.br/chamamentos/web/>.

**18.3.** Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: [sicosc@semed.manaus.am.gov.br](mailto:sicosc@semed.manaus.am.gov.br). Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

**18.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

**18.5.** Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

**18.6.** A Secretaria Municipal de Educação, resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

**18.7.** A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**18.8.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

**18.9.** A Administração Pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

**18.10.** Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

**18.11.** O presente Edital terá vigência de 18 (dezoito) meses a contar da data da homologação do resultado definitivo.

**18.12.** Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

- Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância
- Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais
- Anexo III – Modelo de Proposta
- Anexo IV – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos
- Anexo V – Formulário de Plano de Trabalho Fomento e Colaboração
- Anexo VI – Minuta do Termo de Colaboração ou Fomento
- Anexo VII – Minuta do Termo de Cooperação Técnica
- Anexo VIII – Minuta para elaboração do plano de trabalho ( equoterapia)

Manaus(AM), 11 de agosto de 2023

**Secretaria Municipal  
de Educação - SEMED**



**Assessoria Técnica Jurídica - SEMED**

Avenida Mário Ypiranga, 2549, CEP:69057-002  
Parque Dez de Novembro-2º Andar - Sala 306

(assinado eletronicamente)

**LOURIVAL LITAIFF PRAIA**

Subsecretário de Administração e Finanças - SEMED

Presidente da Comissão

Portaria nº 832/2023-SEMED/GS



**(MODELO)**

**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Declaro que a .....(nome da OSC)  
.....

está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº **XXXXX**/2023 - SEMED e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Manaus(AM), de de 2023

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**(MODELO)**

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 26, **caput**, inciso X, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a  
.....(*nome da OSC*) .....

➤ dispõe de capacidade técnica e outras condições para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas assim descritas.

Manaus(AM), de de 2023

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**(MODELO)**

**ANEXO III**

**PROPOSTA** (Papel timbrado ou nome da OSC)

**Local, data**

**À Comissão de Seleção do Chamamento Público nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.**

**Senhor (a) Presidente:**

Pelo presente apresentamos proposta para celebração de parceria com o Município, conforme Chamamento Público nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, nos seguintes termos:

a) descrição da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

b) descrição de metas qualitativas e quantitativas, mensuráveis, a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados, devendo haver detalhamento do que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto;

c) previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

d) forma e prazo para a execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

e) plano de aplicação de recursos, com o valor máximo de cada meta, dispensado o detalhamento do valor unitário ou total de cada elemento de despesa,

f) definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

O detalhamento desta proposta dar-se-á no Plano de Trabalho a ser apresentado.

**Nome e CPF do proponente**

**(MODELO)**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS**

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 26, **caput**, inciso IX, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a .....(nome da OSC)

.....  
e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
  - Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
  - Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento ou colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº13.019, de 2014);*
  - Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos,
- observadas as exceções previstas no art. 39, **caput**, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em

licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora

e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou

Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e

- Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido

julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Manaus(AM), de de 2023

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**(MODELO)**

**ANEXO V**

**FORMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO DO PLANO DE TRABALHO**

**1 – PARCERIA SOLICITADA**

	<b>TERMO DE COLABORAÇÃO</b>	<b>Iniciativa do Poder Público com apoio da OSC</b>
	<b>TERMO DE FOMENTO</b>	<b>Iniciativa da OSC com apoio do Poder público</b>

**2 - DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE (INSTITUIÇÃO):**

<b>ENTIDADE:</b>		
<b>ÁREA DE ATUAÇÃO:</b>		<b>CNPJ:</b>
<b>ENDEREÇO:</b> Rua:		<b>Número:</b>
<b>BAIRRO:</b>		<b>CEP:</b>
<b>E-MAIL:</b>		
<b>TELEFONE DA OSC:</b>		
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b>		
<b>RG:</b>	<b>CPF:</b>	<b>TELEFONE:</b>
<b>DATA DE NASC:</b>	<b>CARGO:</b>	<b>FUNÇÃO:</b>

**3 – DESCRIÇÃO DO OBJETO**

<b>TÍTULO DO PROJETO:</b>	
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO:</b>	<b>LOCAL DA EXECUÇÃO:</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:</b>	
<b>OBJETIVO DO PROJETO:</b>	
<b>JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:</b>	



<b>NÚMERO DE PESSOAS ENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO:</b>	
<b>ESTIMATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS PELO PROJETO:</b>	
<b>VALOR TOTAL DO PROJETO :</b>	<b>VALOR SOLICITADO NO EDITAL:</b>

#### 4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DURAÇÃO	
		INICIO	TÉRMINO
01	Ex. Planejamento do Projeto proposto	____/____ mês/ano	____/____ mês/ano
02	Ex. Aquisição de materiais	____/____ mês/ano	____/____ mês/ano
03	Ex. Contratação de pessoal	____/____ mês/ano	____/____ mês/ano
04	Ex. Divulgação do projeto	____/____ mês/ano	____/____ mês/ano
05	Ex. Execução do Projeto	____/____ mês/ano	____/____ mês/ano
06	Ex. Avaliação e Prestação de Contas do Projeto	____/____ mês/ano	____/____ mês/ano

#### 5. PLANILHA DE CUSTOS PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DO EDITAL

NATUREZA DA DESPESA				
Item	quantidade	Descrição	Valor unitário	Valor total
01				
02				
03				
04				
.... podem fazer a planilha do tamanho que for necessário				
<b>TOTAL GERAL DO EDITAL</b>				

**6. PLANILHA DE CUSTOS DA PARCERIA (parte da responsabilidade da OSC proponente ou que virá de outras fontes)**

NATUREZA DA DESPESA				
ítem	quantidade	Descrição	Valor unitário	Valortotal
01				
02				
03				
04				
.... podem fazer a planilha do tamanho que for necessário				
TOTAL GERAL DA PARCERIA				

**7. CUSTO GERAL DO PROJETO**

01	Total Geral solicitado do edital	R\$ ... planilha 05
02	Total Geral da parceria ou terceiros	R\$ ... planilha 06
03	Custo total do projeto	R\$

**8. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO:**

- 8.1. Descrever a ideia a ser executado – principais atividades e metas – como serão executadas:
- 8.2. Detalhamento da Infraestrutura a ser utilizada na execução da parceria.
- 8.3. Quadros dos profissionais que participarão na execução da parceria.

**9. DECLARAÇÃO FINAL**

Na qualidade de representante da\_\_

\_\_\_\_\_(nome da OSC)\_\_\_\_\_

para fins de prova junto ao Município de Manaus, através da Secretaria Municipal de Educação - SEMED para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Estado do Amazonas ou qualquer órgão ou entidade da Administração Estadual/Municipal, que impeça a transferência de recursos para esta Instituição.

Pede deferimento,

Representante Legal

**CARIMBO CNPJ INSTITUIÇÃO**



## **10. APROVAÇÃO**

Subsecretário de Gestão Escolar                    (   ) Aprovo   (   ) Reprovado

Assinatura eletrônica  
Subsecretário de Gestão Escolar

Subsecretário de Administração e Finanças                    (   ) Aprovo   (   ) Reprovado

Assinatura Eletrônica  
Subsecretário de Administração e Finanças

Secretária Municipal de Educação                    (   ) Aprovo   (   ) Reprovado

Assinatura Eletrônica  
Secretária Municipal de Educação

**(MODELO)**

**ANEXO VI**

**TERMO DE FOMENTO/COLABORAÇÃO**

TERMO DE FOMENTO/COLABORAÇÃO  
N.ºXXX/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE MANAUS, ATRAVÉS DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -  
SEMED E O, NA FORMA ABAIXO:

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, nesta cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, estiveram na sede da SEMED, neste ato representando o MUNICÍPIO DE MANAUS, o Exma. Sra. Secretária Municipal de Educação – SEMED, conforme Decreto \_\_\_\_\_, publicado no DOM Edição n.º \_\_\_\_\_, portadora da cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliada nesta cidade \_\_\_\_\_, doravante denominada PRIMEIRO PARTÍCIPE e o inscrito no CNPJ de n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, Manaus/AM, neste ato representada por seu Presidente, \_\_\_\_\_, Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, Manaus – AM, daqui por diante denominada SEGUNDO PARTÍCIPE, tendo em vista os termos do Edital de Chamamento Público n.º \_\_\_\_\_/2022 que originou o Processo n.º \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente **Termo de Fomento**, que irá reger-se pelos dispositivos das Leis n.º 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei 13.019/14, de 31 de julho de 2014 e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo de Fomento tem por objeto \_\_\_\_\_

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES:**

Ao PRIMEIRO PARTÍCIPE compete à obrigação de:

- Orientar e aprovar os procedimentos técnicos e operacionais à execução do Termo de Fomento;
- Controlar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto pactuado, efetuando vistoria in loco, diretamente por terceiros, expressamente autorizados;
- Examinar e aprovar eventual proposta na reformulação do Plano de Trabalho, desde que não importe na mudança do objeto;
- Fornecer manual específico de prestação de contas à Organização da Sociedade Civil por ocasião da celebração da parceria;
- Liberar os recursos por meio de transferência e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

- Ao SEGUNDO PARTÍCIPE compete:

- Manter escrituração contábil regular;

- Prestar conta dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o art. 51 da Lei n.º 13.019/2014;
- Dar livre acesso aos servidores do órgão repassador do recurso, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei n.º 13.019/2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando em responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública a inadimplência da Organização da Sociedade Civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto da parceria.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS REPRESENTANTES**

Para gerenciar a execução das atividades decorrentes deste Acordo, as partes designarão oportunamente os servidores responsáveis pelo acompanhamento, avaliação, supervisão e fiscalização da execução.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$\_\_\_\_\_,00 (\_\_\_\_\_);

A Administração Pública Municipal transferirá em uma única parcela, para execução do presente Termo de Fomento, recursos no valor de R\$\_\_\_\_\_,00 (\_\_\_\_\_), correndo a despesa à conta da seguinte rubrica orçamentária, através da Nota de Empenho n.º\_\_\_\_\_, datada de\_\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

A Administração Pública transferirá os recursos em favor da OSC \_\_\_\_\_, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do representante da Organização da Sociedade Civil, para:

- I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

- O presente Termo de Fomento vigorará a contar de, conforme Plano de Trabalho;
- Sempre que necessário, mediante proposta do Segundo Partícipe, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento;
- Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a Administração Pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta do Segundo Partícipe, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:**

- I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III - valores efetivamente transferidos pela Primeira Partícipe;
- IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelo Instituto Transformando Vidas na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;
- V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.



## **CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I – extrato da conta bancária específica;
- II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da Organização da Sociedade Civil e número do instrumento da parceria;
- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º A Organização da Sociedade Civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos em até 30 (trinta) dias, das aquisições efetuadas no mês anterior, por meio da apresentação organizada das notas fiscais ou recibos que comprovem os pagamentos efetuados e que registrem a identificação do beneficiário final de cada pagamento;

A Organização da Sociedade Civil está obrigada a prestar as contas finais da boa e regular aplicação dos recursos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria, conforme estabelecido neste instrumento;

Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a Organização da Sociedade Civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação;

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados;

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente;

A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período;

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

- I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
- II - nos casos em que não for constatado dolo da Organização da Sociedade Civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

As prestações de contas serão avaliadas:

- I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos

objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a Organização da Sociedade Civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência;

Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Organização da Sociedade Civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II;  
Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade;

Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria;

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Termo de Fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de

antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE**

A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Manaus - Comarca da capital do Estado do Amazonas, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem;

E, por assim estarem plenamente de acordo, os Partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos Partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Manaus/AM,

Secretário Municipal de Educação

OSC

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

**(MODELO)**

**ANEXO VII**

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

ACORDO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICA N.º XX/2022 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
MANAUS, ATRAVÉS DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED E  
OSC NA FORMA ABAIXO:

Aos \_\_\_\_ dias do mês \_\_\_\_ de \_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte três (2023), nesta cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, estiveram na sede da SEMED, neste ato representando o MUNICÍPIO DE MANAUS, o Exma. Sra. Secretária Municipal de Educação – SEMED, conforme Decreto de \_\_\_\_, publicado no DOM Edição \_\_\_\_, portadora da cédula de Identidade n.º \_\_\_\_ CPF n.º \_\_\_\_, residente e domiciliado nesta cidade na \_\_\_\_ doravante denominada PRIMEIRO PARTÍCIPE e OSC \_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ n.º \_\_\_\_, com sede na neste ato representada por \_\_\_\_, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_, daqui por diante denominado SEGUNDO PARTÍCIPE, tendo em vista os termos do Edital de Chamamento Público n.º \_\_\_\_, que originou o Processo n.º \_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Acordo de \_\_\_\_ que irá reger-se pelos dispositivos da Lei n.º 13.019/14 e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objetivo o estabelecimento de um regime de \_\_\_\_, entre o PRIMEIRO e SEGUNDO PARTÍCIPE, para \_\_\_\_ tudo na forma do Plano de Trabalho, às fls.; Parecer Técnico, às fls. , Despacho, Parecer Jurídico n.º \_\_\_\_, Fls. \_\_\_\_, Parecer n.º \_\_\_\_ - PA/PGM e Despacho, às fls. \_\_\_\_ ; que integram o processo administrativo n.º \_\_\_\_.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE COLABORAÇÃO:** Para que sejam atingidos os objetivos deste Acordo de Cooperação, fica convencionado o seguinte regime de colaboração mútua entre os partícipes:

Ao PRIMEIRO CONVENIENTE compete a obrigação de:

- I. Fornecer profissionais evidenciados no plano de trabalho fls. \_\_\_\_ dos autos.
- II. Orientar e aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do Acordo de Cooperação;
- III. Controlar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto pactuado, efetuando vistoria “in loco”, por funcionários devidamente credenciados;
- IV. Examinar e aprovar eventual proposta de reformulação do Plano de Trabalho, desde que não importe na mudança do objeto;

- V. Garantir que os direitos previstos para os servidores, quando em exercício na SEMED, subsistam no destino, quando cabível;
- VI. Remeter cópia deste Termo diretamente à Câmara Municipal de Manaus, conforme disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº. 8.666/93.

Ao SEGUNDO CONVENIENTE compete:

- I. Promover equipe técnica para o desenvolvimento da atividade bem como materiais pedagógicos que auxiliam o desenvolvimento da atividade;
- II. Apresentar relatório final para a escola com o impacto da atividade realizada na escola;
- III. Possibilitar, integralmente e a qualquer momento, o acesso às informações relativas ao acordo nas áreas administrativa e pedagógica;
- IV. Atender as solicitações estabelecidas em relatórios de análise e acompanhamento de Executores, Unidade Técnica e outros setores competentes da SEMED, no que diz respeito ao atendimento pedagógico;
- V. Aceitar os serviços de orientação e supervisão escolar, bem como atender todas e quaisquer solicitações da SEMED;

**CLÁUSULA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO:** O PRIMEIRO CONVENIENTE acompanhará as atividades técnicas/pedagógicas desenvolvidas pelo SEGUNDO CONVENIENTE, assistindo o serviço de supervisão, inspeção e orientação, fiscalizará e acompanhará todas as fases de execução do presente Acordo de Cooperação, utilizando-se de comunicação escrita, quando recomendável, e sempre que necessário intervir nessa execução com vistas ao completo atingimento dos objetivos ajustados.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO:** O presente Acordo de Cooperação terá vigência de \_\_\_\_\_, a contar da data de sua assinatura, cumpridas todas suas condições, podendo ser prorrogado se assim acordarem os partícipes, ressaltando-se que a publicação Oficial do Extrato no DOM correrá à conta e responsabilidade do PRIMEIRO CONVENIENTE, competindo-lhe também, através da SEMED, a remessa à Câmara Municipal de Manaus de cópia deste instrumento, mediante ofício.

**CLÁUSULA QUINTA – DO ADITAMENTO:** O presente Acordo de Cooperação poderá mediante consenso de seus partícipes, ser alterado em suas cláusulas ou condições, mediante Termo Aditivo.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA –** É expressamente vedado qualquer aditamento que implique na alteração ou modificação do objeto ajustado.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA:** Este Acordo de Cooperação poderá ser denunciado por livre consenso dos partícipes ou unilateralmente pelo PRIMEIRO CONVENIENTE, pela ocorrência de fato que torne materialmente inexecutável, ou infringência aos seus termos, ou, ainda, se o interesse público assim o recomendar.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:** O presente Acordo de Cooperação será publicado em forma de Extrato, no Diário Oficial do Município, na forma da lei.

E, por assim estarem ajustados, assinam o presente Acordo de Cooperação em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza um só efeito legal.

Manaus/AM,

Secretário Municipal de Educação – SEMED

Representante da OSC

**Secretaria Municipal  
de Educação - SEMED**



**Assessoria Técnica Jurídica - SEMED**

Avenida Mário Ypiranga, 2549, CEP:69057-002  
Parque Dez de Novembro-2º Andar - Sala 306

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



**(MODELO)**

**ANEXO VIII**

**MINUTA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO ( equoterapia)**

**1. DADOS CADASTRAIS**

**NOME DA INSTITUIÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SEMED

**CNPJ:** 04.312.674/0001-82

**ENDEREÇO:** AVENIDA MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO Nº 2549

**BAIRRO:** ADRIANOPOLIS

**CIDADE:** MANAUS      **U.F.:** AM      **CEP:** 69055-010

**E-MAIL:** semed@pmm.am.gov.br

**NOME DO RESPONSÁVEL:** DULCINEA ESTER PEREIRA DE ALMEIDA

**ESTADO CIVIL:** [REDACTED]

**CPF:** [REDACTED]

**CARGO:** SECRETÁRIA    **FUNÇÃO:** SECRETÁRIA

**2 - PROPOSTA DE TRABALHO:**

**2.1 - NOME DO PROJETO:** EQUOTERAPIA: TROTES PARA A INCLUSÃO

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** INÍCIO: 2024    **TÉRMINO:** 2024

**2.2- PÚBLICO-ALVO:**

ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA REDE MUNICIPAL DE MANAUS (SEMED), ATENDIDOS E ACOMPANHADOS PELO COMPLEXO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL ANDRÉ VIDAL DE ARÚJO - CMEE, PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO DOS MESMOS AO ENSINO REGULAR DA MELHOR FORMA ASSISTIDA.

OS ATENDIMENTOS EQUOTERÁPICOS SERÃO PROPORCIONADOS PARA 100 ALUNOS COM DEFICIÊNCIA ESPECÍFICA LEVES E MODERADAS, DIVIDIDOS ENTRE ALUNOS COM TEA, (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA), SÍNDROME DE DOWN, NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 04 A 12 ANOS, 11 MESES E 30 DIAS E

ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 06 A 14 ANOS, 11 MESES E 30 DIAS.

Obs. Por se tratar de um atendimento com animais é importante salientar que fechamos com o público alvo de alunos que não apresente dificuldades de locomoção mais restritas e interações severas para promoção do bem estar tanto dos alunos assistidos como também dos mediadores, que são os cavalos.

### **3- OBJETO GERAL:**

Esta proposta tem como objetivo geral, proporcionar atendimentos equoterápicos, focados na área da educação com ênfase em habilitação e reabilitação, de forma a obter melhorias significativas no convívio social e global, melhorando a inclusão na rede de ensino regular. A equoterapia é o método que vamos utilizar o cavalo em abordagem pedagógica, interdisciplinar, como instrumento e mediador visando trabalhar aspectos motores, psicológicos, cognitivos e afetivos para o desenvolvimento biopsicossocial, beneficiando, assim, nossos alunos com Deficiência, que possuam matrícula ativa em Escolas da Rede Municipal, indicados pelos profissionais que realizam a Avaliação no Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo – CMEE, a fim de desenvolver as habilidades sociais, cognitivas, sensoriais e motoras, promovendo o fortalecimento e alongamento muscular, ajustes tônicos e posturais, equilíbrio, confiança, atenção, concentração coordenação motora grossa e fina, além de diminuir os padrões estereotipados e trabalhando os medos, convívio social, interação e socialização.

### **5 - OBJETOS ESPECÍFICOS:**

- I. Proporcionar aos alunos público alvo da Educação Especial, que possuam indicação para tratamento equoterápico na Avaliação Biopsicossocial realizada pelos Profissionais do CMEE/SEMED, um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas, sendo o cavalo um agente promotor de ganhos físicos, psicológicos, cognitivos e educacionais.
- II. Favorecer o desenvolvimento integral do aluno, possibilitando a expressão livre

- do pensamento e das emoções; Proporcionar as atividades educacionais e o apoio pedagógico que contribuam para a melhoria no processo de formação dos alunos;
- III. Estimular o equilíbrio, coordenação, exterocepção e propriocepção juntamente com o movimento tridimensional realizado pelo equino;
  - IV. Ajudar o deficiente a descobrir novas formas que possam facilitar seu bem-estar;
  - V. Elevar a autoestima do deficiente, diminuir a agressividade dentre outras situações que possam ser observadas;
  - VI. Melhorar o relacionamento do deficiente consigo, com o outro e com o ambiente.
  - VII. Alcançar ganhos específicos como: Melhora do equilíbrio, postura e simetria do corpo; desenvolver a coordenação motora; Adequação de tônus muscular; Aumento da flexibilidade; Integração dos sentidos e consciência corporal; estimula a respiração e a circulação;
  - VIII. Benefícios sociais, autonomia e concentração; autoconfiança/autoestima e outros.
  - IX. Realizar no prazo de 18 meses em média 1000 atendimentos aos estudantes.

## **5 - DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA**

O Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo - CMEE é uma instituição pública sem fins lucrativos, que atende pessoas público-alvo da Educação Especial, matriculados na Rede Municipal de Ensino, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, fulcrado no Art. 7º, RESOLUÇÃO N. 011/CME/2016:

Art. 7º – Considera-se público alvo da Educação Especial, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva:

I – estudantes com Deficiência: Intelectual, Física e Sensorial (Deficiência Auditiva/Surdez, Cegueira, Baixa Visão), Surdo cegueira e Múltipla;

II – estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA);

III – estudantes com Altas Habilidades/Superdotação.

No ano de 2022 o CMEE atendeu em média 4.728 atendimentos, considerando avaliação biopsicossocial, programas especializados e intervenções multiprofissionais. De acordo com nossa demanda faz necessário o atendimento de Equoterapia a partir

de 04 anos de idade até aos 14 anos, para os alunos supracitados que necessitam de uma abordagem interdisciplinar diferenciada.

Destarte, a meta do Plano de Governo prevê 1.000 atendimentos até novembro de 2024. A interação terapêutica entre humanos e animais vem sendo acompanhada pela comunidade científica devido às evidências de melhoria na qualidade de vida de pessoas, principalmente, em pessoas com deficiências.

O método utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar e pedagógica, exigindo a participação do corpo com um todo, onde os movimentos por meio do cavalo irão promover ganhos físicos, psíquicos, cognitivos, sensoriais, educativos e sociais; buscando o desenvolvimento holístico a nível biopsicossocial do aluno com deficiências. A atividade visa o atendimento de indivíduos cujos vínculos familiares não foram rompidos, servindo como atenção especializada de apoio a inclusão social para alunos com deficiências.

Através do movimento tridimensional (para cima e para baixo, um lado e outro, frente e trás) e multidirecional do cavalo (considerado o mais semelhante ao da marcha humana), é possível mandar os estímulos na utilização da Equoterapia que é coerente com a prática padrão da Fisioterapia, Psicologia, Fonoaudiologia, na medida em que a atividade é experimental, funcional e exercida em um ambiente natural. A variabilidade do movimento do cavalo, o ritmo, a dimensionalidade, a regularidade e a habilidade do terapeuta em atuar nestas qualidades de movimento, fazem com que o cavalo, como uma ferramenta, suplante os demais estímulos praticantes, no caso (alunos de equoterapia) para a conquista do equilíbrio, relaxamento, coordenação e adequação dos tônus musculares, ou seja, desenvolvimento global.

Como o Complexo de Educação especial André Vidal de Araújo – CMEE não possui o espaço adequado, os cavalos e todo o material apropriado para a disponibilização dessa atividade de inclusão, se faz necessário a parceria com Instituição especializada nessa modalidade, para oferecer um atendimento direcionado e com qualidade, sendo supervisionado pelos profissionais do CMEE.

## **6- JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:**

O atendimento Equoterápicos para alunos com deficiências vem se destacando no cenário nacional, apresentado importantes resultados na recuperação desse público.

Neste diapasão, a Lei Federal 8.068/90, em seus artigos 3º e 6º, reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, pessoa em condições peculiares de desenvolvimento, a fim de facilitar o desenvolvimento físico, intelectual, moral e social em condições de liberdade e dignidade.

Ademais, a Lei nº 13.830, de 13 de maio de 2019, que regulamenta a Equoterapia como método de reabilitação de pessoas com deficiência que utiliza o cavalo em abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação voltada ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência.

Assim, esse tratamento consistirá no atendimento de pessoas com deficiência: intelectual, física e sensorial (deficiência auditiva/surdez, cegueira, baixa visão), surdo cegueira e múltipla; transtorno do espectro autista (TEA); e/ou altas habilidades/superdotação desenvolvido com cavalos sob a supervisão de uma equipe interdisciplinar (fisioterapeuta, psicopedagogo psicólogo, nutricionista, fonoaudiólogo, entre outros) para o desenvolvimento social e manutenção da saúde.

O cavalo além de ser admirado e auxiliar globalmente na saúde e na aprendizagem motora e cognitiva do praticante de equitação e de Equoterapia, é um animal dócil, de porte e força que se deixa montar e manusear, transformando-se em um amigo do praticante, criando com ele um relacionamento afetivo importante, e uma relação harmoniosa de confiança recíproca. Cavalgar constitui de um prazeroso processo de aplicação dos melhores exercícios de coordenação que se conhece, além de proporcionar a sensação de independência, aumento da autoconfiança, ensinando a reagir adequadamente à realidade externa e elaborar os relacionamentos afetivos. Na Equoterapia o cavalo atua como agente: Cinésioterapêutico; Facilitador de aprendizagem; De inserção ou reinserção social.

## **7 - INDICADORES DE AFERIÇÃO DOS CUMPRIMENTOS DAS METAS**

- ✓ 100% da aplicação das atividades contidas no Plano de Trabalho da Instituição;
- ✓ 100% do público atendido, alunos com deficiência da rede municipal proposto pelo Plano de Trabalho;
- ✓ 75% da assiduidade das crianças e adolescentes;

- ✓ 100% de reuniões de planejamento quinzenal;
- ✓ 75% de aplicações de projetos voltados a datas comemorativas e alusivas;
- ✓ 100% de monitoramento nas atividades desenvolvidas;
- ✓ 80 a 100% de adequações arquitetônicas e materiais didáticos e outros acessíveis para as pessoas com deficiência;
- ✓ 100% da utilização do cavalo em todos os atendimentos equoterápicos.

## **8 - METODOLOGIA:**

### **8.1. FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS E DE CUMPRIMENTO DAS METAS:**

#### **8.1.1. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS ALUNOS PARA OS ATENDIMENTOS EQUOTERÁPICOS**

As seleções dos alunos serão feitas exclusivamente pela equipe multidisciplinar de avaliadores do Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo – CMEE, obedecendo os critérios, assim supracitados dentro do Plano de Trabalho, de acordo com as especificidades de cada deficiência mencionada, estando dispostos a seguirem os indicadores e obedecendo o disposto dentro das sessões de atendimentos pela Instituição.

#### **8.1.2. DO ATENDIMENTO**

As sessões de atendimento equoterápico serão realizadas, de segunda à sexta-feira, máximo de até 04 (quatro) praticantes diariamente. Uma sessão de equoterapia tem a duração de 30 minutos. Os alunos encaminhados pela Secretaria de Educação devem vir acompanhados de suas respectivas fichas da anamnese, avaliação física e psicológica, com o intuito de programar os processos a serem tratados e objetivos a serem alcançados, pela Equipe do CEMA. Dessa forma, uma sessão de equoterapia deverá constar, de no mínimo as seguintes etapas:

- ✓ Receber o praticante das mãos de seu responsável;
- ✓ Colocar o capacete;
- ✓ Buscar o cavalo;
- ✓ Montar;



- ✓ Realizar a sessão com duração de 30 minutos, com o praticante, e o cavalo, ao passo, realizando os procedimentos específicos do tratamento, para o objetivo a ser alcançado;
- ✓ Desmontar o praticante;
- ✓ Retirar o capacete;
- ✓ Entregar o praticante para seus responsáveis, com a interação entre o profissional terapeuta e qualquer informação ou orientação relevante.

Em uma sessão de 30 minutos, com o praticante montado e em movimento ao passo, são realizados uma média de 22.000 movimentos musculares, sobre os quais a equipe trabalhará os princípios fundamentais da psicomotricidade: como percepção corporal (esquema corporal), lateralidade, noção de tempo espaço, alongamento, treino de equilíbrio, coordenação motora fina e grossa, postura, normalização de tônus, dissociação de cintura, fortalecimento, trabalhando sempre com o lúdico.

## **9- METAS E RESULTADOS ESPERADOS:**

### **9.1. DESCRIÇÃO DAS METAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:**

A Secretaria Municipal de Educação/SEMED tem como garantir uma educação básica de qualidade, assegurar acesso, inclusão e permanência dos estudantes nas escolas, e por ser uma instituição comprometida com a qualidade da Educação Básica e principalmente com a Educação Especial, visa trabalhar e proporcionar o desenvolvimento pleno do estudante como um todo e para garantir que possam ter acesso a uma vida integralizada na sociedade, sendo de suma importância disponibilizar serviços e atendimentos que agreguem o desenvolvimento dos nossos alunos para inclui-los na sociedade sem distinções.

O projeto de Equoterapia vem agregar um trabalho de atendimento que trata o aluno como um todo, na forma biopsicossocial, utilizando-se do cavalo como agente mediador e reabilitador com o seu praticante de forma integral.

De acordo com a Associação Nacional de Equoterapia ANDE-BRASIL, a palavra Equoterapia, vem do latim “EQUO”, que é espécie caballus, ou seja, significa cavalo. A “TERAPIA” vem do grego “therapia”, parte da área da medicina que trata da aplicação de conhecimentos técnicos científicos no campo da reabilitação e reeducação.

Para trabalhar e disponibilizar esse serviço é preciso de profissionais especializados na área, por isso se faz necessário a contratação de uma Instituição que ofereça os atendimentos dentro dos parâmetros legais da Associação Nacional de Equoterapia ANDE-BRASIL, oferecendo os materiais necessários, recursos e profissionais, que juntamente com os profissionais específicos e qualificados do Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo possam fazer essa junção nos atendimentos. O Projeto assegura a realização de 1.000 (mil) atendimentos até dezembro de 2024, iniciando em julho de 2023, considerando a meta do Plano de Governo para a Educação Especial com método terapêutico de equoterapia.

Destacamos que o atendimento será realizado uma vez por semana, divididos nos turnos matutino e vespertino, em sessões de 30 minutos por cada aluno praticanteem aproximadamente 03 meses.

O aluno ao ser encaminhado ao CMEE, para avaliação biopsicossocial, será avaliado pela equipe multiprofissional, que realizará:

- ✓ Anamnese social verificando a situação socioeconômica;
- ✓ As testagens psicológicas com anamnese objetivando conhecer os aspectos emocionais;
- ✓ Testagens pedagógicas/psicopedagógicas para verificação dos níveis de aprendizagem, bem como os recursos a serem indicados para o processo de ensino aprendizagem com o aporte da equoterapia;
- ✓ Anamnese fonoaudiológica para obter dados referentes ao desenvolvimento da linguagem, social, motor, auditivo e cognitiva relacionando a dificuldade apresentada, possibilitando sugerir um melhor direcionamento para o encaminhamento ao atendimento de equoterapia;
- ✓ Anamnese fisioterápica analisando os quadros físicos e motores para o encaminhamento ao atendimento de equoterapia.

Ao concluir a avaliação biopsicossocial, realizar-se-á o estudo de caso dos alunos público-alvo da Educação Especial, e, em ato contínuo, serão encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação acompanhados de suas respectivas fichas de anamnese, avaliação física e psicológica, bem como os objetivos a serem alcançados para cada indivíduo nos processos a serem tratados e alcançados pela Equipe do CEMA e a cada 03 (três) meses será realizada uma avaliação de evolução do praticante, para manutenção ou programação de novos objetivos.

## **10- METAS:**

Garantir que sejam atendidos todos os alunos estipulados pelo Projeto até a data estimada, com a maior qualidade possível pela Instituição que irá disponibilizar os atendimentos, promovendo a educação inclusiva através de vários objetivos motores, físicos, emocionais, afetivos, estimulando as ações dos neurotransmissores e neuromoduladores das sinapses neurais, bem como alcançar socialização significativa e biopsicossocial por meio da metodologia de equitação pedagógica.

Para indicação e desenvolvimento do Projeto com os alunos candidatos as vagas serão necessárias o preenchimento de todos os pré-requisitos:

- I Ser público-alvo da Educação Especial, a saber pessoa com deficiência dentro dos requisitos já assim citados: deficiência sensorial (cegueira, baixa visão), múltipla; transtorno do espectro autista (TEA); e/ou altas habilidades/superdotação; síndrome de down;
- II Possuir indicação na Avaliação Biopsicossocial, realizada pela Equipe Multiprofissional do Complexo Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo – CMEE;
- III Possuir encaminhamento em Laudo Médico;
- IV Estar devidamente matriculado e frequente em Escola da Rede Municipal;

Estar ciente das normas para permanência no projeto que está relacionado a assiduidade e comprometimento.

## **11- PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS**

A avaliação do Projeto ocorrerá trimestralmente, envolvendo os alunos atendidos, responsáveis diretos e toda a equipe técnica do CMEE, a fim de garantir os cumprimentos das normas para o bom funcionamento do Projeto Equoterápicos. A outra forma de avaliação será através dos relatórios trimestrais enviados para a Secretaria Municipal de Manaus – SEMED. A avaliação do praticante será feita em cada atendimento sendo registrado seu processo e progressão e a avaliação com os pais e/ou responsáveis trimestral, sendo a compilação desses dados apresentados a cada

seis meses através de apanhamentos individuais e estatísticos.

É importante salientar que os atendimentos dos alunos serão acompanhados individualmente, constando os seguintes dados e enfatizando de forma clara e sucinta, dentro do exposto o que pode acarretar desligamento do aluno do Projeto:

- I. Lista de Frequência (obs. 3 (três) faltas sem justificativas legal já, automaticamente desliga o aluno do projeto, dando sua vaga para o novo aluno, aguardando na lista de espera);
- II. Comprometimento com o horário, dia e uso dos vestuários adequados para a prática do atendimento;
- III. Relatórios devidamente preenchidos pelos profissionais em cada sessão, por aluno atendido;

Relatórios entregues ao CMEE para apreciação e encaminhados a Secretaria/SEMED.

<b>12- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)</b>
---

META	INDICADORES	DURAÇÃO	
		INÍCIO	TÉRMINO
100% da aplicação das atividades contidas no plano de trabalho da Instituição.	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Avaliação multidisciplinares e relatórios;</li><li>✓ Registros individuais dos alunos atendidos;</li><li>✓ Folha de frequência e conteúdos organizados em pasta catálogo;</li><li>✓ Cronograma semanal de atividade.</li></ul>	<b>Fevereiro 2024</b>	<b>Dezembro 2024</b>
75% de assiduidade dos alunos atendidos.			
100% de reuniões de planejamento semanal.	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Registros fotográficos;</li><li>✓ Registros e evolução dos atendimentos educacionais contidos no Plano de trabalho.</li></ul>		
80% a 100% de adequações arquitetônicas, materiais acessíveis para pessoas com deficiência.	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Laudo técnico de engenheiro comprovando a acessibilidade;</li><li>✓ Cronograma dos espaços;</li><li>✓ Cronograma contendo os materiais utilizados e profissionais, assim como também dos cavalos.</li></ul>		

### **13- PLANO ORÇAMENTÁRIO ATENDIMENTO EQUOTERÁPICO SEMED**

#### **13.1. PLANO ORÇAMETÁRIO**

**13.1.1. Quantidade de atendimentos:** Programação de um atendimento semanal, de segunda a sexta-feira, 4 atendimentos no mês por estudante.

<b>2024</b>	<b>Nº DE ATENDIMENTO MENSAL</b>
<b>TOTAL DE ATENDIMENTOS NO PERÍODO DO PROJETO</b>	<b>1.000</b>

- ✓ Excluídos os feriados, pontos facultativos e, considerando a margem de segurança para situações climáticas – dias chuvosos;
- ✓ TOTAL DO PERÍODO 2024 – previsão de 100 (cem) praticantes em tratamento, considerando tratamento por um período mínimo de três meses para cada praticante, podendo ou não ser estendido à critério da equipe da SEMED/CMEE.
- ✓ **Valor orçamentário**
- ✓ Para o exercício 2024, o saldo disponível para esta ação é no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) do Programas e Projetos da Educação Especial, podendo ser ampliado a critério da administração. Fonte: Tesouro.
- ✓ **TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO PROJETO - R\$ 150.000,00**

### **14 - PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A PRESTAÇÃO DE CONTAS deverá ser encaminhada até 90 dias a partir do término da vigência da parceria.

Após a apresentação da prestação de contas, no prazo de até 90 dias, constatada irregularidade ou omissão, será concedido o prazo de até 45 dias, prorrogáveis por igual período, para a entidade sanar as irregularidades ou cumprir a obrigação, sem prejuízo das demais medidas administrativas.

### **15- DECLARAÇÃO**

Na qualidade de representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, declaro, para fins de comprovação junto ao MUNICÍPIO, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração

Pública Municipal ou qualquer entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho.

Pede deferimento.

Local e Data Organização da Sociedade Civil

## **16. - APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Subsecretário de Gestão Educacional(SSGE)** ( ) Aprovado ( ) Reprovado

Data:\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura:

**Secretário(a) de Município requisitante:** ( ) Aprovado ( ) Reprovado

Data:\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura